



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

(\*) RESOLUÇÃO N. 32, DE 8 DE ABRIL DE 1987

**O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, em sessão plenária realizada nesta data, no uso de suas atribuições e em cumprimento a Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 54, de 22 de dezembro de 1986,

### RESOLVE:

I – Fixar, para os magistrados referidos nos arts. 121 e 123 da Constituição, a partir da vigência da Lei Complementar n. 54, em 25% (vinte e cinco por cento) e 30% (trinta por cento), respectivamente, os percentuais referidos no § 3º, do art. 65, da Lei Complementar n. 35, modificada pela Lei Complementar n. 54, cessando qualquer benefício indireto que, ao mesmo título, venha sendo recebido, ressalvado o direito de opção.

Parágrafo único – Instruções Normativas estabelecerão as normas, condições e restrições para a concessão das vantagens instituídas pelos incisos I e II, do art. 65, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

II – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO LAURO LEITÃO

PRESIDENTE

(\*) Republicado por ter saído com incorreção do original